

Governo trama para zerar Constituinte

Etevaldo Dias

BRASÍLIA — O governo decidiu mobilizar esforços na arregimentação de 280 constituintes para tentar rejeitar em bloco o projeto de Constituição votado em primeiro turno. Na tarde de ontem, parlamentares governistas contabilizavam 277 votos fiéis, incluindo os do Centrão e de setores do PMDB, do PFL, do PDS e do PTB. A idéia é zerar a Constituinte para renegociar o texto a partir dos pontos polêmicos.

A decisão foi tomada depois que o presidente José Sarney, em conversa com líderes políticos, concluiu que seria impossível mudar o atual projeto através de emendas supressivas, que precisam, cada uma delas, de 280 votos para serem aprovadas. Na avaliação do Palácio do Planalto, é mais viável juntar a maioria uma única vez e rejeitar todo o projeto, e depois abrir espaço para uma ampla negociação.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, esperava aprovar o texto votado em primeiro turno, e aperfeiçoado pelo relator Bernardo Cabral, por acordo de lideranças. Em seguida, as alterações seriam feitas através das emendas supressivas, que têm ação limitada, pois retiram da Constituição apenas palavras e trechos, sem mudá-la na essência. Sarney centraliza suas preocupações no capítulo do Sistema Tributário, que subtrai recursos do governo federal para repassá-los aos estados e municípios. Este capítulo só poderá ser alterado em substância caso se discuta todo o projeto constitucional.

Jurista — O governo conta com apoio dos empresários, que querem mudar pelo menos 20 itens do projeto, mas também não dispõem de força para mobilizar 280 parlamentares. A idéia de rejeição do projeto em bloco foi identificada no governo a partir de artigo do jurista Ives Gandra da Silva Martins, publicado

L. A. Ribeiro — 19/5/87

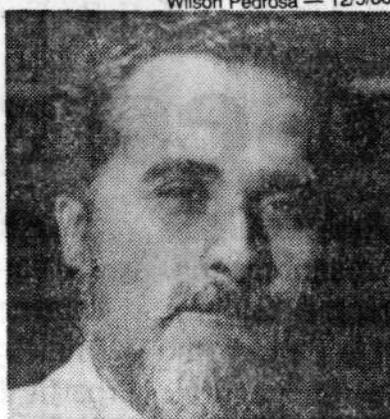


Expedito: falta cacife

em jornais do Rio e São Paulo no último dia 13. O jurista prega a necessidade de se votar novamente em segundo turno todo o projeto, capítulo por capítulo, e não por emendas supressivas. Exame na Emenda Constitucional nº 36, feito pela Consultoria Jurídica do presidente da República, confirmou que o projeto poderá ser simplesmente rejeitado. Até então prevalecia a posição da Mesa, presidida por Ulysses, que passava ao largo deste dispositivo, optando pela aprovação simbólica do projeto, sob o argumento de que ele já havia passado por exaustivo processo de votação.

O líder do PFL, deputado José Lourenço, verbalizando a insatisfação de constituintes conservadores, havia pregado o adiamento da votação para 89. Há dez dias, entretanto, foi chamado ao Palácio do Planalto, onde ouviu de um assessor de Sarney a recomendação: "Não é democrático dissolver a Constituinte, mas é legítimo dissolver o projeto, e temos meios legais para isso". A partir daí, o líder passou a articular o apoio dentro e fora do PFL. O deputado Amaral Netto, um dos procurados, lhe deu pronto apoio: "Eu disse ao deputado José Lourenço", lembrou ontem Amaral Netto, "que, de minha parte, ele tinha toda a simpatia. Acho esta Constituinte uma palhaçada, e a Constituição que está

Wilson Pedrosa — 12/5/88



Genoíno: contra o caos

sendo elaborada vai levar o Brasil ao desastre final."

Negociação — Chegou a ser examinada também a alternativa de negar quórum para a aprovação do projeto, mas foi relegada a segundo plano porque não resolve o problema, apenas o adia. A falta de quórum, numa primeira votação, serviria apenas para ganhar tempo até a mobilização de parlamentares favoráveis à tese da rejeição e, eventualmente, para abrir novas frentes de negociação.

O deputado Expedito Machado, líder do Centro Democrático, grupo moderado, não acredita na possibilidade de o governo reunir 280 votos contra o projeto: "Ninguém tem cacife para impor nada, temos que negociar". O PT, que havia decidido rejeitar o projeto apenas para marcar posição política, ficou confuso depois da decisão do governo. "Não estamos satisfeitos com o projeto, mas também não queremos o caos", disse o deputado José Genoíno.

Um cuidadoso exame do resultado das votações na Constituinte, feita por parlamentares governistas, mostrou que o Planalto pode contar, entre os 559 votos, com 277, contra 200 da oposição e 82 oscilantes. Caso se mantenha o quórum médio das últimas votações, o governo leva vantagem, com 236 votos a seu favor, 169 contra e 64 oscilantes.

Alvo maior são os artigos que tiram verbas da União

"É preferível dissolver isso que está aí, e eleger uma nova Constituinte, a aprovar uma Constituição tão ruim para o país". Esta declaração, feita em São Paulo na última quarta-feira pelo líder do PFL na Câmara, deputado José Lourenço, foi um dos mais fortes sinais emitidos pelas áreas próximas ao governo das novas manobras contra a Constituinte.

Lourenço chegou a dizer que o seu partido proporia o adiamento da votação em segundo turno para depois das eleições municipais de novembro ou pediria a dissolução da Constituinte com a convocação de novas eleições para deputado e senador, caso as negociações entre os partidos majoritários não retirassem pontos polêmicos dos Direitos Sociais e da Ordem Econômica do projeto constitucional. Embora advertido pelo Palácio do Planalto de que não é democrático dissolver a Constituinte, Lourenço preferiu usar essa ameaça para chegar ao que o governo quer: mudar o texto do projeto constitucional.

Assessores governamentais confirmam que bem antes do recado contundente de José Lourenço já se tinha um objetivo claro para a nova ofensiva contra o texto aprovado em primeiro turno pela Constituinte: tentar recuperar para o governo federal um mínimo possível do grande volume de recursos perdidos com as decisões da Constituinte, como a reforma tributária, que repassa mais verbas para estados e municípios, a vinculação do orçamento do Finsocial e PIS/Pasep a gastos específicos e as anistias de juros e moras de impostos em atraso e da correção monetária dos empréstimos contraídos por micro-empresários e pequenos produtores rurais, na época do Plano Cruzado.

A reforma tributária causou muita irritação no Palácio do Planalto. Mas esta é considerada uma batalha perdida: o governo não conta com o apoio dos governadores para tentar modificá-la. Para o líder do PMDB na Constituinte, deputado Nelson Jobim, é precisamente a reforma tributária a maior segurança de que serão infrutíferas as tentativas de inviabilizar a votação do segundo turno e o prosseguimento da Constituinte até a promulgação da nova Carta. Os maiores interessados na redivisão do bolo tributário, além dos governadores, são os candidatos a prefeito. Eles querem assumir prefeituras em 1º de janeiro de 1989 com orçamento mais gordo. Ou seja, os quase 140 parlamentares que são candidatos a prefeito e poderiam se ausentar das votações no plenário da Constituinte em função da campanha eleitoral são os mesmos que têm interesse de votar logo uma Constituição que lhes daria mais verbas para governar, na hipótese de serem eleitos em 15 de novembro.